



## Editorial

É com muita satisfação que a Equipe Editorial da Revista *Acta Scientiarum. Education* anuncia a publicação de mais uma edição, o número 2 do volume 39. Nela, o [a] leitora [o] encontrará seis estudos no Eixo de **História e Filosofia da Educação** e quatro pesquisas no Eixo de **Formação de Professores**. Observamos que o artigo em destaque desta edição, inserido na primeira seção, traz à público um estudo do professor Ernesto Candeias Martins, com o título *Da experiência numa escola nova à educação com crianças 'anormais': Faria de Vasconcelos (1880-1939) no contexto do ensino especial*. Nessa pesquisa, o autor reflete acerca da proposta escolanovista apresentada por Faria de Vasconcelos em fins do século XIX e nas primeiras décadas do século XX de inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais. O debate é relevante porque evidencia um modelo educacional no qual se defende a ideia de que era possível promover a inclusão de crianças consideradas 'anormais' pedagogicamente e estimular a aprendizagem efetiva dessas crianças por meio de atividades práticas e teóricas que estimulavam sua aprendizagem de modo a inseri-los na sociedade. As reflexões do autor apontam para uma proposta de inclusão efetiva das crianças e não somente ações de cunho político, ou seja, propõe-se que essas pessoas tenham realmente papéis sociais.

A seção de história e filosofia da educação traz, ainda, um estudo de João Francisco Flores e João Bernardes da Rocha Filho sobre as formulações de Hanna Arendt, cujo título é *Hanna Arendt e a distinção entre conhecer e pensar: reflexões para o ensino de ciências*. A proposta apresenta grandes contribuições para o modo de pensar o conhecimento nas ciências. Seguindo os princípios filosóficos de Arendt, os autores evidenciam as possíveis diferenças existentes entre a produção do conhecimento como verdade e o pensamento como princípio de descobertas. Assim, ainda que conhecimento e pensamento sejam princípios humanos amalgamados, os autores, ao recuperarem a filósofa alemã, demonstram que os conceitos não são sinônimos. Mais ainda, para se tornarem faces de uma mesma moeda é preciso que sejam ensinados e aprendidos. Outro texto que integra essa seção é de autoria de Aline Pereira Lima e Maria Suzana de Stefano Menin, com o título *Orientações legais para o ensino religioso em três estados brasileiros: convergências e divergências demarcadas em normativas*. O estudo mostra, em linhas gerais, as características que possui, em termos de conteúdos disciplinares, o ensino religioso em três estados da federação brasileira, nos quais se observa que, como componente curricular, este conteúdo deveria possuir nuances de cunho mais amplo. Ao invés de ater-se à sua especificidade, adquiriu um conteúdo que visa a 'formação integral do indivíduo'. Segundo as autoras, ao assumir este perfil, o ensino religioso põe em risco a perspectiva de ensino laico, que deveria ter por norteador os princípios normativos das escolas brasileiras. Além disso, afirmam que isso pode afetar, de maneira drástica, aqueles alunos que, culturalmente, não seguem nenhum princípio de religiosidade.

A seção de História e Filosofia divulga também o estudo de Rosa Vasilaki com uma temática importante que afeta diretamente as sociedades ocidentais no século XXI, que são os atentados políticos que têm ocorrido no velho continente e de que modo eles têm atingido a formação e a sensibilidade das pessoas. O artigo se intitula *'We are an image from the future': Reading back the Athens 2008 riots*. Ao trazer para o debate o cenário de violência dos atentados de dezembro de 2008, na Grécia, a autora busca analisar, particularmente a partir de uma imagem de grafite, como um episódio, aparentemente singular e isolado, pode expressar e, ao mesmo

tempo, resultar em uma crise política e econômica de proporções internacionais como a que assolou a Grécia na última década. Esse debate nos lembra, sem dúvida, formulações de dois teóricos do século XIX que trataram de problemas que atingiram, historicamente, a Europa. O primeiro a ser lembrado é François Guizot que, no seu Segundo Ensaio da obra *Essai sur l'histoire de France*, ao tratar da revolução francesa, observa que nenhum acontecimento pode ser entendido no momento de sua eclosão, mas sim, precisa ser estudado e considerado a partir de seus primeiros germes. Exatamente por isso, propõe-se estudar as origens do Terceiro Estado para compreender como foi possível a rebelião do povo contra a nobreza e a igreja. O segundo autor a ser buscado na memória sobre a relevância de se buscar os acontecimentos longínquos para se entender um episódio como o tratado por Rosa Vasilaki é Alexis de Tocqueville, na obra *O Antigo Regime e a Revolução*, na qual o autor observa que, para se entender porque a revolução ocorreu na França e não em alhures é preciso analisar as peculiaridades da história desta nação. Assim, a nosso ver, o estudo sobre os acontecimentos da Grécia, trazido por Vasilaki, permitem-nos entender as estreitas relações existentes entre os acontecimentos pontuais e locais com os mais gerais e continentais.

O estudo de Marcelo Rito e Julio Groppa Aquino acerca das estreitas relações entre saúde e educação segundo os princípios do escolanovismo, com o título *Do encontro da saúde com a educação: o escolanovismo e seus desdobramentos em debate*, é mais um dos textos da seção de História e Filosofia da Educação. Ele apresenta aos leitores uma investigação na qual se busca por em destaque as aproximações existentes entre as propostas escolanovistas e higienistas defendidas no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, pelos principais defensores das ideias da aplicação dos ideários da Escola Nova no país. De acordo com os autores, essa aproximação entre os ideários pedagógicos e de saúde higienizadora acabou por produzir propostas pedagógicas cujos vieses estariam vinculados às perspectivas patológicas. Dito de outro modo, os problemas da educação brasileira poderiam ser entendidos também como problemas de saúde pública. O sexto artigo com o qual se encerra essa seção é de autoria de Anderson de Carvalho Pereira, com o título *Letramento: o alcance político de uma questão*. Nesse estudo, o autor explicita quanto o debate e as leis sobre o letramento escolar estão eivados de conteúdos políticos. Da análise do autor é possível depreender, ao menos, duas vertentes sobre o problema. A primeira pensa o sujeito letrado como aquele que possui o domínio da escrita e detém clara capacidade cognitiva de compreender o seu entorno. A segunda é uma tendência que concebe o letramento para além da capacidade de escrita e de interpretação textual e considera que um sujeito letrado é aquele que é capaz de assimilar os 'aspectos' históricos, sociais, culturais, econômicos e políticos de seu tempo histórico. A nosso ver, este tema é muito relevante para se pensar os projetos educacionais sob uma perspectiva histórico-filosófica, pois um indivíduo se insere por completo em dada sociedade se for capaz de analisar, refletir e tomar decisões a partir da compreensão consciente de seu meio social, particularmente em um país como o Brasil, no qual os índices de leitura são pífios.

O artigo *A política educacional no contexto das relações federativas* de autoria de Waneide Ferreira dos Santos Assis, Celeida Maria Souza e Silva abre a seção **Formação de Professores** deste número. Os autores retomam as medidas políticas adotadas no Brasil a partir de 1988, com a promulgação da nova Carta Magna. Destacam que o fortalecimento dado à federalização dos estados e municípios brasileiros sinalizou, no âmbito da educação e das suas respectivas políticas públicas, uma situação ambígua. Por um lado, possibilitou uma condição de democratização do ensino porque deixou a educação sob a responsabilidade dos poderes locais e estaduais para que cada um dirimisse o problema em consonância com as suas realidades econômicas, políticas e culturais. Por outro lado, essa mesma liberdade/autonomia pode ter gerado diferenças profundas no sistema

educacional, na medida em que os estados e municipais adotaram caminhos que se distanciaram de princípios comuns e gerais do Estado brasileiro. Decorridas quase três décadas da promulgação da Magna Carta é preciso pensar, segundo os autores, um caminho para que a educação nacional que alie às particularidades regionais e locais sem que o todo da identidade nacional seja descurado. O segundo texto do conjunto desta seção é de autoria Fabiana de Oliveira e Maria Emília Almeida da Cruz Torres e tem como título *O ensino de leitura em salas do primeiro ano do ensino fundamental*. As autoras trazem para o debate um estudo de caso realizado em Minas Gerais, em salas de primeiro ano, com a implantação do sistema de nove anos para o ensino fundamental. O estudo teve como objetivo analisar o modo com que se efetivava o ensino de leitura nesta série. É preciso observar, acerca do estudo, que as autoras enfatizam a necessidade de se pensar a leitura como condição de construção de pessoas capazes de serem adultas cidadãs. Daí a relevância de zelar por esta formação desde o início da escolarização.

O terceiro texto desta seção traz como título *Envolvimento parental e a inclusão de alunos com autismo*. Os autores Rosanita Moschini Vargas e Carlo Schmit discorrem sobre a educação inclusiva, em específico, do Transtorno do Espectro Autista. De acordo com os autores, as crianças portadoras dessa síndrome têm grandes dificuldades de interação social, o que dificulta, em grande medida, a sua inclusão social e, por conseguinte, a sua inserção e permanência na ambiência escolar. Partindo desse princípio, os autores apresentam reflexões nas quais defendem a ideia de que, nesses casos, a presença da família no espaço escolar seria vital para a inclusão da criança em um círculo social mais amplo e diverso como o é, usualmente, a escola. Nesses casos, para que haja um processo de escolarização das crianças portadoras dessa síndrome é necessário, um projeto que inclua também os familiares na realidade escolar. O último estudo divulgado nesta edição trata das práticas avaliativas e tem como título *Compreensões acerca de práticas avaliativas na formação de professores* e é de autoria de Raquel Lazzari Leite Barbosa, Sergio Fabiano Annibal e Rosemary Trabold Nicacio. O ponto de partida da abordagem incide na compreensão de que é preciso avaliar, constantemente, a prática docente. Consideram, inclusive, que as avaliações dos docentes implicam diretamente no processo de aprendizagem e formação de novos professores. De acordo com os autores, as avaliações não produzem melhores impactos na atuação do docente e, por conseguinte, na aprendizagem dos [as] alunos [as] porque, na maioria das vezes, elas não ultrapassam o nível do quantitativo e se restringem aos resultados numéricos. Para os autores, que defendem o uso sistemático de avaliações para as práticas docentes, só ocorrerão mudanças impactantes na educação brasileira quando as avaliações forem além do quantitativo.

Com estes dez textos que compõem o número 2, do volume 39, da Revista *Acta Scientiarum. Education*, acreditamos que, mais uma vez, este periódico cumpre o seu papel fundamental junto a comunidade científica e a sociedade, pois dissemina temas concernentes à educação que possibilitam pensar a educação sob dois aspectos, ora materializados nas investigações de caráter teóricos, ora em pesquisas que expressam realidades práticas em ambientes escolares.

Assim, convidamos todos a visitar, ler, fazer downloads e enviar novas propostas à Equipe Editorial.

Terezinha Oliveira  
Maria Terezinha Bellanda Galuch  
Editora *Acta Scientiarum. Education*